



PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Contratação de execução de obra de reforma para adequação dos sistemas de HVAC e elétrico no Pavilhão Hélio e Peggy Pereira (HPP), no Campus Fiocruz Manguinhos, Rio de Janeiro.

1.1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada conforme condições (escopo e descrições), quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Estão definidos nos anexos deste Projeto Básico: as justificativas técnicas relevantes; os estudos preliminares elaborados; o escopo da obra (projeto e os encargos e especificações de serviços, materiais e equipamentos de cada disciplina); e as planilhas com quantitativos de materiais, BDI, cronograma e composições de preços. Todos os documentos foram elaborados em estrita observância das leis e normas vigentes; e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

O objeto da licitação tem a natureza de obra de engenharia.

O regime de execução será por Empreitada por Preço Global (EPG);

Em caso de desenvolvimento de projetos ou serviços técnicos especializados, deverão ser observadas às exigências referentes à cessão de Direito Patrimonial à Administração, conforme descrito no artigo 111 da Lei nº 8.666/1993.

O Contrato terá prazo de vigência de 23 (vinte e três) meses, alterável somente na forma do parágrafo 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.

Já o prazo de execução será de 13 (treze) meses, sendo 1 (um) mês para montagem do canteiro de obras e aquisição de equipamentos e 12 (doze) meses de execução efetiva, incluindo o balanceamento do sistema de HVAC e testes do sistema elétrico (comissionamento);

Os quantitativos de itens e seus códigos estão discriminados em planilhas anexas deste Projeto Básico.

1.2. SIGLAS UTILIZADAS NESTE DOCUMENTO

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

AGU: Advocacia Geral da União

CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo, órgão de classe responsável por emitir a RRT (Registro de Responsabilidade Técnica);
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-Lei n.º 5 452 de 1943;
Cogic: Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi, unidade técnica responsável por prover as condições de infraestrutura da Fiocruz;
Conama: Conselho Nacional do Meio Ambiente;
Confea: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
Crea: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, órgão de classe responsável por emitir a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);
DAE: Departamento de Arquitetura e Engenharia da Cogic;
Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz;
Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.
IN: Instruções Normativas emitidas pelos órgãos da Administração Pública;
MPOG: antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – atual Ministério da Economia (ME);
MS: Ministério da Saúde;
MT: Ministério do Trabalho;
NBR: Norma Brasileira Regulamentadora;
RDC: Regime Diferenciado de Contratações, instituído pela Lei nº 12.462 de 2011;
SEI: Sistema Eletrônico de Informações – sistema de produção e gestão de documentos e processos eletrônicos;
Sicaf: Sistema de Cadastro de Fornecedores mantido pela Caixa Econômica Federal;
Sinapi: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, tabelas com custo de referência para a construção civil elaboradas pela Caixa Econômica Federal.
TCU Tribunal de Contas da União

1.3. DEFINIÇÕES

Fiocruz: órgão com personalidade jurídica de direito público vinculada ao Ministério da Saúde, signatário do instrumento contratual – considerado como CONTRATANTE.

CONTRATADA: [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública.

Administração Pública: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

Administração: órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente – no caso desta contratação, refere-se à Fiocruz.

Licitantes: pessoas físicas ou jurídicas que se candidatam para fornecedor bens e serviços ao órgão público, a partir de compra direta ou alguma das modalidades de licitação – concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

Adjudicatários: licitante convocado à apresentar os documentos de habilitação que comprovem os requisitos exigidos para poder celebrar o contrato.

Projeto Básico (PB) ou Termo de Referência (TR) para contratação: [fonte: Anexo I da IN/MPOG nº 5 de 2017] documento geral que deverá conter os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela Administração, com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço a ser contratado e orientar a execução e a fiscalização contratual.

Conteúdo Técnico: conjunto de todo e qualquer documento decorrente dos projetos das diferentes disciplinas com (i) informações necessárias e suficientes, e (ii) com nível de precisão adequado à natureza, porte e complexidade da(s) obra(s) ou serviço(s) de engenharia pretendidos pela Administração, e que deverá compor o Projeto Básico ou Termo de Referência para contratação.

Encargos: descrição de todas as regras e condições (Encargos) que se devem seguir para a execução da obra ou serviço de engenharia, caracterizando individualmente os materiais, equipamentos, elementos componentes, sistemas construtivos a serem aplicados e o modo como serão executados cada um dos serviços apontando, também, os critérios para a sua medição.

Especificações Técnicas: detalhamento de todos os materiais, componentes e equipamentos a serem empregados, de modo a permitir sua perfeita caracterização; seguindo-se o disposto na Lei nº 8.666/1993 e a jurisprudência do TCU, é conveniente a indicação de fabricante, marca, modelo e tipo, ressalvada a possibilidade de similaridade.

Orçamento: avaliação do custo total da obra tomando-se por base fontes oficiais de referência de preços de insumos e de custos de composições de serviços (Sinapi ou Sicro) ou preços de serviços, insumos, elementos construtivos ou equipamentos praticados no mercado, levantados a partir do (i) conteúdo do Anteprojeto e “Caderno de Encargos e Especificações”, e (ii) dos métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais, sendo inadmissíveis apropriações genéricas ou imprecisas, bem como a inclusão de materiais e serviços sem previsão de quantidades.

Planejamento de execução e cronograma físico-financeiro: objetiva garantir a execução de dada edificação nos padrões de qualidade requeridos, no menor tempo possível e dentro do valor licitado, através (i) do mapeamento dos riscos inerentes à execução; (ii) das características e condicionantes do local de execução das obras ou serviços de engenharia, ou estabelecidas pelos OTP e concessionários ou permissionários de serviços públicos; (iii) da programação previa de serviços com destaque para ações extraordinárias; e (iv) da formulação de cronograma físico-financeiro de referência que considere histograma (mobilização de profissionais) e aspectos mercadológicos e logísticos para fornecimento de insumos e equipamentos.

Cronograma físico-financeiro: instrumento de referência que ilustra o planejamento do andamento da execução das etapas ou macro serviços que integram dada obra ou serviço de Engenharia, permitindo a análise do desembolso financeiro proposto à cada marco temporal.

Prazo de vigência do Contrato: contado a partir da assinatura do Contrato, é o intervalo de tempo no qual a CONTRATADA está apta a produzir efeitos, ou seja, da publicação do extrato no Diário Oficial até o recebimento definitivo e solução de todas as pendências apontadas pela Administração. É alterável somente na forma do parágrafo 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.

Prazo de execução: período de tempo em que A CONTRATADA se compromete a executar o objeto, não sendo possível ultrapassar 4 meses contínuos de suspensão, a partir do qual surtam efeitos legais para ambas as partes. É alterável por apostilamento contratual realizado pela CONTRATANTE.

Projeto de as built (como construído): consiste no processo de levantamento de todas as medidas existentes em uma edificação durante a execução de reformas e/ou construções, transformando-se as informações aferidas em um conjunto de desenhos técnicos ou maquetes que irão registrar a conformação final construída de arquitetura, estrutura e instalações.

Obra: [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.

Serviço: [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, seguro ou trabalhos técnico-profissionais, realizado por execução direta ou indireta.

Execução direta: [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] obras ou serviços feitos pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios;

Execução indireta: [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] obras ou serviços realizados pelos órgãos ou entidades através da contratação de terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:

Empreitada por Preço Global: contratação da execução por preço certo e total; tipicamente realizada quando a margem de incerteza dos quantitativos da contratação é menor.

Empreitada por Preço Unitário: contratação da execução por preço certo de unidades determinadas; tipicamente realizada quando há grande grau de incerteza nos quantitativos da contratação.

Tarefa: contratação de mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais; e

Empreitada Integral: contratação de um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA até a sua entrega ao CONTRATANTE em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.

Procel: Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, e executado pela Eletrobras – instituído em 1985 para promover o uso eficiente da energia elétrica e combater o seu desperdício.

PBE Edifica: etiqueta que faz parte do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e foi desenvolvida em parceria entre o Inmetro e a Eletrobras/ Procel Edifica. A Etiqueta é o Selo de Conformidade que evidencia o atendimento a requisitos de desempenho (e, em alguns casos, adicionalmente, também de segurança) estabelecidos em normas e regulamentos técnicos. As etiquetas podem ser obtidas para edificações comerciais, de serviços e públicas e edificações residenciais.

Ence Geral para edificações: Etiqueta Nacional de Conservação de Energia que faz parte do PBE e é concedida pelo Inmetro. A Ence foi criada para prestar informações técnicas sobre eficiência energética, contribuindo para a racionalização do consumo de energia no país, e é fornecida para edificações comerciais, de serviços e públicas, ou parcelas destas edificações, que passaram pela inspeção dos três sistemas: envoltória, iluminação e condicionamento de ar, tanto nas dimensões de projeto quanto de construção e uso.

Concessionária de serviço público: pessoa jurídica que recebe a transferência da execução de um serviço público – exercendo-a em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário – através de acordo de vontades com a Administração.

Permissionária de serviço público: pessoa jurídica que recebe a transferência da execução de um serviço público – exercendo-a em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário – através de ato unilateral, discricionário e precário da Administração.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO(S) DA CONTRATAÇÃO

A justificativa e objetivos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, inserido anteriormente no SEI, e foram transcritos abaixo:

2.1. JUSTIFICATIVA

O Instituto Oswaldo Cruz (IOC) é uma unidade da Fiocruz, que tem como missão “realizar pesquisa biomédica, ensino, desenvolvimento tecnológico, inovação, serviços de referência e de coleções biológicas, visando à promoção da saúde” (fonte: www.fiocruz.br).

A Unidade tem ainda como visão “ser um Instituto de excelência em Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Inovação, estratégico para o Estado, reconhecido nacional e internacionalmente por suas ações em saúde pública” (fonte: www.fiocruz.br).

O Pavilhão Hélio e Pegg Pereira (HPP), objeto da contratação, abriga laboratórios de pesquisa do IOC nas áreas de virologia, bacteriologia e micologia, em geral classificados com o nível 2 de risco de contaminação biológica.

À título de esclarecimento, riscos biológicos podem ser oriundos de vírus, bactérias, parasitas, protozoários, fungos e bacilos que, em contato com o homem, podem provocar inúmeras doenças.

Os laboratórios são classificados conforme a natureza, características e agressividade dos agentes patogênicos que são manipulados, levando-se em consideração três fatores básicos de riscos: em relação ao manipulador, à comunidade e ao meio ambiente.

Tais riscos são avaliados em função do poder patogênico do agente infeccioso, da sua resistência no meio ambiente, do modo de contaminação, da importância da contaminação (dose), do estado de imunidade do manipulador e da possibilidade de tratamento preventivo e curativo eficazes.

A classificação dos agentes patogênicos guarda similaridade entre as agências de saúde – OMS (ONU), CDC-NIH (EUA), CEE (Europa), e Anvisa (Brasil) – que os dividem em quatro classes:

- Classe 1: os agentes patogênicos não apresentam riscos para o manipulador, nem para a comunidade;
- Classe 2: os agentes apresentam risco moderado para o manipulador e fraco para a comunidade e há sempre um tratamento preventivo;
- Classe 3: os agentes apresentam risco grave para o manipulador e moderado para a comunidade, sendo que as lesões ou sinais clínicos são graves e nem sempre há tratamento;
- Classe 4: os agentes apresentam risco grave para o manipulador e para a comunidade, não existe tratamento e os riscos em caso de propagação são bastante graves.

Conforme a classificação estabelecida para o agente patogênico, os laboratórios são classificados em nível de risco biológico correlato e devem ser adequados às exigências construtivas, aos procedimentos de trabalho e às medidas de prevenção de riscos e contenção biológica estabelecidas na legislação vigente.

O grupo de pesquisadores que trabalha no prédio relatou desconforto com a condição de temperatura e filtragem do ar, o que ensejou uma análise pormenorizado por parte da equipe técnica do DAE dos sistemas de refrigeração (temperatura); de controle de filtragem, pressões e umidade; e de exaustão (renovação do ar), tendo sido identificadas não conformidades significativas que poderiam submeter os trabalhadores à riscos de contaminação.

Em paralelo, a partir de uma série de solicitações para revisão do sistema elétrico, que apresenta oscilações, versus a demanda para ampliação de grande número de tomadas, a equipe técnica do DAE identificou a necessidade de reformar todo o sistema elétrico diante do risco de perda de amostras e/ou processos de trabalho em andamento; ou de prejudicar o funcionamento ou queimar equipamentos.

Ambos os problemas decorrem do fato de que o HPP, ao final da década de 1990 (cerca de 20 anos atrás) fora concebido para abrigar laboratórios de síntese química, vinculados à atividade de fabricação de medicamentos que ocorriam no Campus de Manguinhos.

No entanto, entre 2003 e 2005, com a aquisição da fábrica da GlaxoSmithKline e a transferência de todas as atividades fabris para Jacarepaguá, foi tomada a decisão de transferir laboratórios de pesquisa do IOC para o Labquim – antigo nome do HPP

Uma vez que o Labquim já estava em fase de construção e com diversos equipamentos prediais adquiridos, o projeto teve que ser adaptado para uma natureza diferente de funcionamento.

Enquanto laboratórios de síntese química devem expulsar o ar ambiente para o exterior de modo a evitar-se a saturação, laboratórios de pesquisa de classe de risco biológico 2 (caso dos laboratórios do IOC que ocupam o HPP) não podem trocar o ar ambiente com o ar exterior sem passar por elementos filtrantes.

Além disso, o Labquim havia sido projetado com um sistema elétrico otimizado para atividades fabris que exigem o funcionamento de equipamentos em 380 Voltz. Porém, com raras exceções, os equipamentos de pesquisa do IOC funcionam em 110 ou 220 Voltz, o que ocasionou limitações para ampliação de carga.

É digno de nota o fato de que houve um acréscimo enorme de equipamentos – cabines de segurança biológica, centrífugas, microscópios eletrônicos, refrigeradores, frízeres comuns e especiais (- 80°C), computadores, dentre inúmeros outros – desde que o projeto de adequação do Labquim foi executado, o que gera impactos severos exatamente sobre os sistemas de refrigeração e elétrico.

Foram então contratados, através da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec), projetos distintos para correção (i) dos sistemas de refrigeração; de controle de filtragem, pressões e umidade; e de exaustão (HVAC); e (ii) do sistema elétrico predial, incluindo adequações na subestação que atende à edificação.

Em paralelo, a equipe técnica do DAE desenvolveu projetos de Arquitetura e Estrutura para atender exigências e condicionantes estabelecidas pelos projetos contratados, além de contemplar outros serviços que foram identificados a partir de vistorias técnicas – reforma do telhado, refazimento de impermeabilização, instalação de linha de vida, recuperação de peças metálicas e dutos de exaustão, selagem de shafts para prevenção contra invasão por fumaça de incêndio.

Importante destacar que também foi incorporada a automação da refrigeração e dos controles de pressões e umidade, através da elaboração de Termo de Referência pela equipe técnica do DAE.

Desse modo, a partir da junção compatibilizada do resultado dos diferentes esforços empreendidos pelas empresas contratadas pela Fiotec e pelos técnicos do DAE, neste momento torna-se necessário dar sequência à contratação de obra para adequação dos sistemas de HVAC e elétrico, reforma de telhados e outros serviços gerais, no HPP.

2.2. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

São objetivos da contratação: (i) adequar os sistemas de HVAC e elétrico (incluindo subestação) da edificação conforme os atuais requisitos técnico-normativos e demandas de pesquisa; (ii) reformar os telhados do prédio, incluindo o refazimento de impermeabilizações para garantir a correta operação da

atividade de pesquisa sem intercorrências, paralisações ou prejuízos para a instituição; e (iii) realizar serviços gerais de engenharia decorrentes ou relacionados diretamente aos serviços descritos anteriormente, no Pavilhão Hélio e Pegg Pereira (HPP), localizado no Campus de Manguinhos, Rio de Janeiro.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A descrição da solução encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, inserido anteriormente no SEI, e foi transcrita abaixo:

Para sanar os problemas relacionados aos sistemas de HVAC deverão ser instalados novos equipamentos para aumento de carga e substituição de máquinas defeituosas; revisados todos os sensores existentes; higienizados dutos insufladores de ar refrigerado e de renovação de ar (exaustão); realizado novo balanceamento para corrigir pressões; e instalados novos equipamentos para aumentar o grau de automatização do sistema.

Em relação ao sistema elétrica será feita reformulação de tomadas, circuitos elétricos, e quadros de força; sendo ainda preparado para receber automação predial oportunamente; e ainda a melhoria da subestação que atende ao prédio.

3.1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudo Técnico Preliminar, inserido anteriormente no SEI, os requisitos da contratação encontram-se abaixo transcritos:

3.1.1. Requisitos gerais

Para atendimento das necessidades da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá ser capaz de fornecer e instalar equipamentos, componentes e peças relativos (i) aos sistemas de refrigeração; de controle de filtragem, pressões e umidade; e de exaustão (HVAC); e (ii) do sistema elétrico predial, incluindo adequações na subestação que atende à edificação.

Deverá também ser capaz de realizar todos os serviços civis decorrentes direta ou indiretamente da execução da instalação de equipamentos de HVAC e sistema elétrico, tais como: automatização do sistema de HVAC (complemento); interligação à redes de dutos de refrigeração e exaustão existentes; recuperação de forros de gesso; serviços em alvenaria (fechamento e abertura de vãos); pintura de alvenarias; e instalação de divisórias de gesso acartonado, esquadrias e plataformas metálicas em fachadas.

Por fim, a CONTRATADA deverá ser capaz de executar a reforma de todos os telhados (apenas a substituição de telhas com refazimento de rufos e platibandas, excluída a estrutura de apoio do telhado e calhas); a substituição de todos os chapins (proteção superior da platibanda) dos diferentes níveis de cobertura; o refazimento da impermeabilização de todas as lajes da cobertura superior; a instalação de linha de vida; a recuperação de peças metálicas e dutos de exaustão; e selagem de shafts para prevenção contra invasão por fumaça de incêndio.

A contratação em tela possui natureza de serviço não continuado e a transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas se restringem à manutenção dos sistemas e equipamentos de HVAC e elétrica.

Observação: o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do Contrato.

3.1.2. Requisitos específicos

Por tratar de edificação que passará por reformas em áreas específicas, sempre que possível, deverão ser mantidas as características arquitetônica, estrutural e de instalações prediais gerais identificadas, buscando-se

alterações apenas de caráter essencial de modo a minimizar reformulações e/ou ajustes acentuados que onerem a execução.

3.2. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência da presente contratação será de 23 (vinte e três) meses, enquanto o prazo de execução será de 13 (treze) meses. O prazo total da contratação (vigência e execução) será distribuído da seguinte maneira:

- 1 (um) mês para formalização da contratação, apresentação da equipe técnica da CONTRATADA à CONTRATANTE, elaboração de planejamento de execução e apresentação da logística ao conjunto de pesquisadores, com destaque para os períodos previstos de interrupção de fornecimento de energia e refrigeração e exaustão; cumpridas todas as exigências será emitida a Ordem de Serviço (OS);
- 1 (um) mês para montagem do canteiro de obras e aquisição de todos os equipamentos, componentes, peças e insumos relacionados às etapas da execução, principalmente no que concerne à reforma dos telhados – tal medida visa garantir que a obra não sofra com solução de continuidade por falta de materiais – contabilizado como prazo de execução;
- 12 (doze) meses para execução efetiva dos serviços, incluindo 3 (três) meses para balanceamento do sistema de HVAC e testes do sistema elétrico (comissionamento);
- 1 (um) mês para recebimento provisório dos serviços pela Administração
- 3 (três) meses para recebimento definitivo dos serviços pela Administração;
- 1 (um) mês para finalização da documentação da contratação, emissão das certidões e pagamento da última medição de serviço (recebimento definitivo).
- 4 (quatro) meses contabilizados no prazo de vigência, respeitado o limite legal para abarcar eventuais suspensões do prazo de execução.

3.3. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da CONTRATADA e/ou no Edital como requisito previsto em lei especial.

A partir da publicação da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, ficou estabelecido que os órgãos e entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional deveriam incluir critérios de sustentabilidade ambiental em suas especificações para contratação de serviços e obras.

Deste modo, conforme o artigo 4º da referida Instrução Normativa, orienta-se que:

“Nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.666/1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização e tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável; [...]

VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; [...]”

Ainda considerando o artigo 6º da Instrução Normativa (IN) nº 1/2010 do MPOG – que estabelece a

necessidade de inclusão nos editais de contratação da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços pelas empresas contratadas, sempre que cabível – para este Projeto Básico podemos transcrever os seguintes elementos:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.” [negrito nosso]

Aproveitando-se a oportunidade estabelecida pelo parágrafo único do artigo 6º da IN em questão, e respeitando-se o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATANTE estabelece que os produtos a serem empregados deverão ser adquiridos de locais próximos, visando reduzir o impacto logístico, e que o serviço deverá ser realizado gerando o menor volume de resíduos possível.

Quanto ao uso de agregados na obra, a CONTRATADA deverá fazer uso de agregados reciclados sempre que existir oferta e capacidade de suprimento na região em quantidade compatível com sua aplicação e com custo inferior em relação aos agregados naturais; e sempre que for tecnicamente recomendável ao uso a que se destina, a saber, no caso deste projeto, apenas na aplicação de concreto e argamassa não estruturais.

É obrigatório ainda que a CONTRATADA e suas subcontratadas detenham conhecimentos ambientais e

cumpram a legislação ambiental vigente, apresentando as documentações pertinentes, sem a necessidade de prévia solicitação por parte da CONTRATANTE.

Não foram identificados impactos ambientais relevantes para além da geração de entulho, decorrente da execução direta dos serviços.

Desse modo, quanto ao gerenciamento dos resíduos, a CONTRATADA deverá gerenciar os resíduos da obra segundo as diretrizes da resolução 307 de 5 de julho de 2002 do Conama, a saber:

- os resíduos da construção civil deverão ser identificados, quantificados, classificados e destinados segundo a sua classe (A, B, C e D) estabelecida na resolução acima citada.
- a triagem deverá ser realizada, preferencialmente, na origem, ou ser realizada em áreas de destinação licenciadas para esta finalidade, respeitando as classes de resíduos.
- os resíduos deverão ser acondicionados após sua geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem.
- a CONTRATADA deverá subcontratar transportadora que possua permissão da Prefeitura para prestação do serviço de coleta de entulho e cadastro no órgão de limpeza urbana municipal.
- os resíduos deverão ser transportados em conformidade com as normas para o transporte de resíduos, destinados somente a locais licenciados e acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos.
- a documentação de Controle de Transporte de Resíduos deverá conter as assinaturas do gerador, do transportador e do receptor e deverá ser mantida no local da obra à disposição da fiscalização dos órgãos governamentais e da CONTRATANTE.
- o material recolhido deverá ser destinado a locais e áreas previamente indicadas e autorizadas pela Prefeitura, através de seu órgão de limpeza urbana, e conforme a legislação vigente;
- para retirada do entulho e seu transporte até a destinação final, deverão ser utilizados equipamentos e veículos automotores, apropriados e licenciados conforme legislação vigente;
- os serviços de retirada, transporte e descarte deverão ser executados por profissionais devidamente treinados para o desempenho da atividade, portando EPI (equipamentos de proteção individual) adequados à realização do serviço;
- o processo de retirada, transporte e descarte do entulho, em local devidamente autorizado, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- apresentação, após atendimento da solicitação de retirada, transporte e descarte do entulho, certidão atestando a destinação final do material para local adequado, autorizado pelo órgão de limpeza urbana do município, no prazo máximo de 60 dias após a execução do serviço.

3.4. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

Conforme conteúdo técnico, encargos e especificações em apêndice.

4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Trata-se de obra de engenharia ser a contratada mediante licitação, na modalidade Concorrência.

Nesse sentido, recomenda-se ainda que a contratação seja do tipo Menor Preço com critério de julgamento da proposta através de Maior Desconto Global.

Por último, não será permitida a participação de consórcios.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no artigo 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A execução do Contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. VISTORIA TÉCNICA PARA A LICITAÇÃO

A vistoria técnica prévia no local da execução do Contrato será facultada aos licitantes, cabendo-lhes, exclusivamente, a decisão de realizá-la ou se abster da mesma. O licitante que se abster da vistoria técnica deverá formalizar sua decisão através de Declaração de Abstenção de Vistoria. A CONTRATADA que se abster da vistoria técnica não poderá questionar a CONTRATANTE em razão disso, nem tão pouco eximir-se de qualquer obrigação assumida, seja de que natureza for, ou da revisão dos termos do Contrato que vier a firmar.

Por outro lado, para os optantes pela visita ao local, é obrigatório o agendamento de datas e horários específicos para cada licitante, de modo a preservar o caráter competitivo do certame, com base no Acórdão nº 1842/2013-Plenário do TCU. Independente de quaisquer alegações ou motivos de força maior, sob hipótese alguma a vistoria técnica poderá ser realizada fora de horário agendado.

O prazo para vistoria terá início no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Para a vistoria técnica o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da visita.

A licitante deverá declarar ainda que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

Para tanto, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar de posse do Atestado de Vistoria Técnica, conforme modelo constante do Edital, que será assinado pelo servidor designado para este fim ao final da visita.

Por ocasião da vistoria, poderão ser entregues as informações necessárias e suficiente relativas à licitação, desde que o licitante ou seu representante legal forneça à Administração: pen-drive, Hard Disk (HD) externo ou outra forma adequada de gravação que utilize a porta USB-B de computadores.

Portanto, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria técnica no entorno e objeto de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para essa finalidade, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, com um mínimo de 48 horas, com a secretaria do DAE (Departamento de Arquitetura e Engenharia) da Cogic, através do telefone (021) 2209-2186 ou do e-mail: tatiane.alves@fiocruz.br

6. OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante no decurso da vigência contratual:

- exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e especificações deste Projeto Básico e de seus anexos;

- exercer o acompanhamento e a Fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- Pagar à CONTRATADA o valor contratado, conforme cronograma físico-financeiro;
- efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal ou Fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN Seges/MP nº 5/2017;
- não praticar atos de ingerência sobre a gestão da CONTRATADA, tais como: (i) exercer o poder de mando sobre seus empregados, devendo reportar-se somente ao responsável técnico por ela indicado, exceto em casos de grave risco ou prejuízo; (ii) direcionar a contratação de pessoas; e (iii) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA;
- fornecer por escrito as informações necessárias para a correta execução contratual;
- realizar avaliações periódicas da qualidade do serviço prestado após seu recebimento;
- cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União (AGU) para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- exigir da CONTRATADA que providencie o projeto de as built, elaborado pelo responsável por sua execução, como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto;
- arquivar todos os documentos decorrentes da contratação, tais como o Projeto Básico e seus anexos, Contrato, aditamentos e apostilamentos, Diário de Obra e documentos vinculados à execução, projeto de as built, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- por arbítrio da Administração, eventualmente poderá ser contratada empresa responsável pelo gerenciamento dos serviços e processos, de modo a assisti-la nas questões técnicas, organizacionais e operacionais. Neste caso, a Gerenciadora apoiará a CONTRATANTE na fiscalização e aprovação dos serviços e produtos gerados pela CONTRATADA.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. OBRIGAÇÕES DE CARÁTER GERAL

São obrigações de caráter geral a serem cumpridas no decurso da vigência contratual:

- executar o Contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de seus anexos, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais; além de utilizar materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios na qualidade e quantidade correspondentes aos serviços a serem prestados e ao quadro de empregados alocados.
- reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, seja por decorrência de execução equivocada ou com baixa qualidade, seja pelo uso de materiais inadequados;
- responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar o valor correspondente aos danos sofridos da garantia prestada, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA;

Observação: a impossibilidade de quitação dos débitos pelos meios elencados ensejará a emissão de Guias de Recolhimento à União (GRU) com valores monetariamente atualizados sujeitando a CONTRATANTE à inscrição na Dívida Ativa da União em caso de inadimplência.

Observação: a responsabilidade de que trata este item inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo, em qualquer caso, a CONTRATADA ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

- utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na Administração, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010;

- quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf), entregar ao setor responsável pela Fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: (1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; (2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; (3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; (4) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e (5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
 - responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- Observação: a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.
 - comunicar a Fiscalização do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
 - assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
 - prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do Contrato;
 - paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou os bens da instituição ou de terceiros;
 - promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
 - promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado;
 - conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
 - submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças que fujam às especificações deste Projeto Básico e seus anexos;
 - não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 - manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015;
 - arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do parágrafo 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993;
 - guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
 - cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança e exigências específicas da CONTRATANTE para a prestação dos serviços.
 - realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
 - apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

- apresentar relação nominal dos empregados que adentrarão no local de execução dos serviços, seja em caráter permanente ou temporário;
- observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição de empregados e/ou profissionais subcontratados, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- manter responsável técnico aceito pela CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos; este profissional deverá gerenciar as ações de toda a equipe alocada, representar a CONTRATADA no encaminhamento e acolhimento de documentos de natureza diversa, e prestar todo e qualquer esclarecimento à Administração sobre a execução contratual;
- Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nas respectivas concessionárias, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes de água e esgoto, elétricas e de comunicação.
- providenciar junto ao Crea ou CAU as respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do Contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas vigentes (Leis nº 6.496/1977 e 12.378/2010);
- obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- elaborar o Diário de Obra pelo responsável técnico, incluindo diariamente as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;
- Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;
- em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, aceitar que CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do Contrato;
- subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018;
- inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.
- aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;
- reconhecer sua responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6/2018.
- inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845/ 2018.

- após a assinatura do contrato, participar de reunião inicial com a CONTRATANTE para tratar das obrigações contratuais, dos mecanismos de Fiscalização, do Planejamento Global (estratégias para execução do objeto), da revisão do cronograma físico-financeiro pela CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções incidentes, dentre outros.
- responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- quando aplicável, substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratada até a sua execução total, notificando à CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- elaborar projeto de as built, ao final da obra, em conformidade com a NBR 14645-1:2001 da ABNT.

Observação: em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou CONTRATADA, respectivamente, com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do inciso II do artigo 13 do Decreto nº 7.983/2013.

7.2. OBRIGAÇÕES QUANTO AO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A CONTRATANTE deverá assegurar à CONTRATADA, nos termos do previsto no subitem 6.1, letras “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

- o direito de propriedade intelectual dos projetos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou de nova empresa que continuará a execução dos serviços, notadamente de manutenção de sistemas e equipamentos.

7.3. OBRIGAÇÕES RELATIVAS À MATÉRIA-PRIMA FLORESTAL E QUESTÕES CORRELATAS

A CONTRATADA, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975/2006, somente poderá utilizar matéria-prima florestal procedente de: (i) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama); (ii) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sisnama; (iii) florestas plantadas; e (iv) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

Deverá ser comprovada a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do inciso IX do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- cópias das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- cópia dos Comprovantes de Registro do Fornecedor e do Transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF), mantido pelo Ibama, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme inciso II do artigo 17 da Lei nº 6.938/1981, e Instrução Normativa Ibama nº 5/2014, e legislação correlata;

- documento de Origem Florestal (DOF), instituído pela Portaria nº 253/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa Ibama nº 21/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória -- caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;
- apenas se houver dúvida fundada acerca da autenticidade dos documentos acima, conforme artigo 9º do Decreto nº 9.094/2017, poderá haver solicitação de cópia autenticada por cartório ou pelo servidor, mediante comparação com o original.

7.4. OBRIGAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E QUESTÕES CORRELATAS

A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), conforme parágrafos 2º e 3º do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, nos seguintes termos:

- o gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução Conama nº 307/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos: (i) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros; (ii) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; (iii) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; (iv) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA deverá comprovar, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, todas de 2004.

7.5. OBRIGAÇÕES DE CARÁTER AMBIENTAL E QUESTÕES CORRELATAS

A CONTRATADA deverá observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução Conama nº 382/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR 10.151 (Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade) ou aqueles estabelecidos na NBR 10.152 (Níveis de Ruído para conforto acústico), ambas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos da Resolução Conama nº 01/1990, e

legislação correlata;

- nos termos do parágrafo 3º do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

8. SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

Aspectos específicos relativos à subcontratação encontram-se no apêndice “Critérios de Seleção do Fornecedor”.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos originalmente; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A Fiscalização do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

A conformidade do material/ técnica/ equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato. A Fiscalização do Contrato avaliará constantemente a execução do objeto.

Durante a execução do objeto, A Fiscalização do Contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

A Fiscalização do Contrato deverá apresentar ao responsável técnico da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Fiscalização do Contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle daquela.

Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

A Fiscalização do Contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

Cumprindo ainda a Fiscalização do Contrato:

- solicitar, mensalmente, por amostragem, que a CONTRATADA apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto: (i) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário; (ii) à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional; (iii) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido; (iv) aos depósitos do FGTS; e (v) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do Contrato.
- solicitar, por amostragem, aos empregados da CONTRATADA, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;
- oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;
- somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

A Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/1993.

10.1. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo de execução terá início a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Fiscalização, sendo suficiente para o fiel cumprimento do contrato pela CONTRATADA. A metodologia de execução está detalhada abaixo:

10.1.1. Aspectos gerais

A CONTRATADA deverá ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação, inclusive por suas subcontratadas, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

Todo e qualquer serviço deverá ser executado por profissionais habilitados e a CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como, pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato.

10.1.2. Localização prevista e horário de funcionamento

O Pavilhão Hélio e Pegg Pereira (HPP), objeto da contratação, está localizado no Campus de Manguinhos da Fiocruz, no bairro de Manguinhos, Rio de Janeiro, junto à Rua Sizenando Nabuco.

Os serviços poderão ser executados de segunda à sexta-feira, das 7 às 18 horas, excetuando-se os feriados nacionais. Em casos excepcionais, comunicados previamente à Fiscalização do Contrato, os dias e horários poderão ser alterados, inclusive com a utilização de sábados e feriados, desde que isso não implique em qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.1.3. Planejamento, controle e monitoramento

Antes do início da execução, a CONTRATADA deverá proceder a um detalhado exame de todas as áreas, estrutura, sistemas e instalações envolvidos na contratação.

A luz da vistoria técnica realizada e considerando as características do objeto desta contratação, a CONTRATADA deverá desenvolver Planejamento Global definindo: (i) a logística de execução; (ii) a metodologia de controle e gerenciamento de etapas; (iii) a metodologia de identificação, gestão e mitigação de risco; (iv) o plano de compras dos equipamentos que interferem no caminho crítico da obra (conforme PERT/CPM); e (v) o projeto de canteiro de obras, compatível com as funções previstas e o número de funcionários a ser mobilizado.

Este planejamento deverá nortear o gerenciamento das atividades, sendo importante instrumento para informar à CONTRATANTE acerca do andamento dos serviços, e documentar o processo de execução da obra, através de sua atualização frequente.

À luz do Planejamento Global elaborado, será da competência da CONTRATADA rever o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATANTE na fase de licitação, propondo alterações, desde que sejam feitas com o objetivo de diminuir os prazos e/ou aperfeiçoar os produtos, sem quaisquer ônus ou danos para a CONTRATANTE.

10.1.4. Pontos críticos

Na perspectiva de auxiliar na avaliação das características do objeto desta contratação, são destacados os seguintes pontos críticos ou exigências a serem cumpridos pela CONTRATADA e que devem constar no Planejamento Global:

1. todos os serviços que envolvam risco de interrupção das atividades em curso no prédio deverão estar destacados na logística de execução, de tal modo que a CONTRATADA possa fazer prévia comunicação à Fiscalização do Contrato e aos usuários, com antecedência condizente com a complexidade e risco do serviço.
2. toda a interrupção de fornecimento de energia elétrica e refrigeração e exaustão, seja pelo motivo que for, deverá ser comunicada ao conjunto de usuários do prédio com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, indicando-se com exatidão a data e horário de início da interrupção e estimando-se o prazo de restabelecimento do fornecimento de refrigeração e/ou energia ou período de duração da fase de testes, comissionamento ou balanceamento.
3. deverá ser previsto um isolamento completo na circulação e proteção de piso, paredes, equipamentos e mobiliário para a redistribuição de tomadas e instalação de novas luminárias e adequações no sistema de refrigeração dos laboratórios (serviços no forro do teto);
4. A CONTRATADA deverá mobilizar profissional em caráter permanente para realizar o levantamento de todos os serviços realizados de modo a compor o projeto de as built; tal exigência deve ser observada principalmente em relação aos espaços entre o forro e a laje de teto da edificação, que somente terão seu fechamento autorizado após aprovação do levantamento pela Fiscalização do Contrato.
5. Especial atenção deverá ser dada a reforma da cobertura, uma vez que a CONTRATADA deverá garantir total proteção das áreas de telhado e lajes impermeabilizadas contra chuvas.

Observação: a não observância das exigências elencadas acima implicará na imediata suspensão dos serviços com aplicação de penalidades à CONTRATADA em função do risco de prejuízos causados à CONTRATANTE.

10.1.5. Descrição das etapas a serem executadas

Antes da emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá proceder a um detalhado exame de todas as áreas, estrutura, sistemas e instalações envolvidos na contratação.

Em seguida a CONTRATADA deverá elaborar o Planejamento Global – com prioridade para (i) a logística

de execução; (ii) o plano de compras dos equipamentos que interferem no caminho crítico da obra (conforme PERT/CPM); e (iii) o projeto de canteiro de obras a ser submetido à avaliação e aprovação pela Fiscalização do Contrato.

A logística de execução deverá ser apresentada à direção do IOC, aos pesquisadores e ao responsável pela gestão condominial da edificação em reunião presencial, abordando-se, sem prejuízo de outros assuntos, (i) os prazos gerais para execução dos serviços; (ii) os momentos de desligamento de energia e refrigeração e exaustão; (iii) e o período previsto para realização do balanceamento do sistema de HVAC e comissionamento do sistema elétrico.

Ato contínuo a CONTRATADA deverá elaborar (i) o cronograma de suprimento de materiais e equipamentos; (ii) o plano de trabalho (histograma de mão de obra e recursos); e (iii) o cronograma físico-financeiro condizentes com a logística de execução aprovada através da reunião colegiada.

Em ainda elaborar a (i) a metodologia de controle e gerenciamento de etapas; e (ii) a metodologia de identificação, gestão e mitigação de risco que compõem o Planejamento Global.

A Fiscalização do Contrato emitirá a Ordem de Serviço (OS) uma vez aprovada (i) a documentação legal comprobatória exigida para início de execução; (ii) a equipe de trabalho conforme qualificações exigidas no Edital; e (iii) o Planejamento Global elaborado pela CONTRATADA.

Uma vez emitida a Ordem de Serviço (OS), sugere-se o seguinte faseamento de serviços:

1. montagem do canteiro de obras e aquisição adequada dos insumos, equipamentos e ferramentas para realização dos serviços.

Observação: Pelo risco inerente à execução de serviços nos sistemas elétrico e de HVAC, subestação e no telhado da edificação, a CONTRATADA não deverá iniciar qualquer serviço sem que todas as condições preliminares à sua execução estejam contempladas, especialmente no tocante à materiais e equipamentos já “postos em obra” e mão de obra mobilizada.

No tocante à esta questão, especial atenção deverá ser dada a equipamentos de HVAC e da subestação, cabeamento especial do sistema elétrico (busway), quadros elétricos, dentre outros elementos que demandam prazo para fabricação e entrega por parte de subcontratadas, e que, portanto, deverão ser adquiridos tão logo as condições contratuais permitam.

A não observância dessa condição, implicando em atrasos na execução dos serviços ou danos de qualquer natureza à CONTRATANTE, ensejará na aplicação das penalidades previstas no Edital e ao ressarcimento imediato dos prejuízos causados à Administração.

2. execução dos serviços de modernização da subestação, incluindo a execução de alimentação para os novos equipamentos de HVAC a serem instalados na área técnica do prédio.

3. execução dos novos quadros elétricos de distribuição nos pavimentos da edificação e quadros alimentadores do sistema de HVAC na área técnica do prédio.

Observação: este serviço deverá ser dimensionado pelo menos em 6 sub etapas, correspondentes ao número de alas laboratoriais da edificação e sempre comunicando-se previamente a execução dos serviços à Fiscalização do Contrato.

Neste sentido, o cronograma físico-financeiro a ser revisado pela CONTRATADA deverá considerar recebimento provisórios paulatino de tais alas laboratoriais, sem prejuízo do recebimento definitivo dos serviços.

4. execução da modernização do sistema de HVAC, incluindo a instalação de novos equipamentos e a prévia instalação de plataformas metálicas nas fachadas;

5. redistribuição do sistema elétrico nos laboratórios (circuitos e tomadas), incluindo a modernização do sistema de iluminação e recuperação de forros.

Observação: este serviço deverá ser dimensionado conforme grupo de laboratórios, não admitindo-se iniciar serviços em grupos seguintes sem que os anteriores estejam plenamente concluídos e em pleno funcionamento, e ainda sempre comunicando-se previamente a execução dos serviços à Fiscalização do Contrato.

Neste sentido, o cronograma físico-financeiro a ser revisado pela CONTRATADA deverá considerar recebimento provisórios paulatino de tais grupos de laboratório, sem prejuízo do recebimento definitivo dos serviços.

6. recuperação de forros e instalação de novas esquadrias nas áreas de circulação dos laboratórios, adequações na copa do térreo – instalação de gradil para delimitação de área de quadros e reposicionamento da porta existente para garantir acesso independente à copa.

7. ao término da execução dos sistemas de HVAC e elétrico, a CONTRATADA deverá considerar um período de 3 (três) meses referentes ao balanceamento do sistema de HVAC e testes do sistema elétrico (comissionamento);

Em paralelo à esta última etapa, a CONTRATADA poderá executar serviços na cobertura da edificação, tomando-se por referência a seguinte ordenação:

8. demolição paulatina do telhado para substituição das telhas; incluindo refazimento de rufos, remoção e reinstalação de eletrodutos para viabilizar a recuperação das platibandas que deverão ser impermeabilizadas, e refazimento de chapins;

9. demolição paulatina da impermeabilização existente nas lajes planas, incluindo execução de nova impermeabilização, remoção e reinstalação de eletrodutos para viabilizar a recuperação das platibandas que deverão ser impermeabilizadas, e refazimento de chapins;

Observação: a CONTRATADA deverá garantir total proteção das áreas de telhado e lajes impermeabilizadas a serem demolidas através da montagem de cobertura provisória. O quantitativo da cobertura provisória poderá corresponder ao planejamento de execução dos serviços, no entanto nenhum serviço de demolição de telhado ou impermeabilização poderá ser realizado sem a prévia montagem da proteção. A não observância desta exigência implicará na imediata suspensão dos serviços com aplicação de penalidades à CONTRATADA em função do risco de prejuízos causados à CONTRATANTE.

10. instalação do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) e linha de vida;

11. execução dos demais serviços previstos no escopo – recuperação de passarelas existentes, suportes

metálicos e dutos de exaustão.

12. por fim, a CONTRATADA deverá promover a transferência conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas referentes à manutenção dos sistemas e equipamentos de HAVC e elétrica, antes do período de recebimento provisório dos serviços pela Administração.

Observação: todos os serviços que impliquem em risco de interrupção no fornecimento de energia ou refrigeração e exaustão deverão ser previamente comunicados com antecedência mínima de 15 dias à Fiscalização do Contrato e responsável pela gestão condominial da edificação e amplamente divulgado aos pesquisadores.

10.1.6. Administração da obra

10.1.6.1. Documentação geral

Para o início dos trabalhos toda a documentação da CONTRATADA exigida no Edital e legislação vigente (Crea, INSS, Certidão Cível Negativa, dentre outros) deverá estar em dia, sendo apresentados comprovantes para a Fiscalização do Contrato.

A CONTRATADA deverá emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)/ Crea referente à execução da obra, bem como apresentar a respectiva anotação do(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s), que deverá(ão) pertencer ao seu quadro técnico.

10.1.6.2. Controle da obra

Com base no Planejamento Global e revisão do cronograma físico-financeiro, a CONTRATADA deverá elaborar e submeter à aprovação pela Fiscalização do Contrato o cronograma de suprimento de materiais e equipamentos, visando com isto garantir que a obra não sofra atrasos devido a problemas de suprimento. Os materiais e equipamentos devem ser lançados no cronograma “postos em obra”, ou montados, no caso de fabricação e/ou transporte.

Juntamente com este cronograma a CONTRATADA deverá apresentar um plano de trabalho (histograma) onde deverão estar inclusas todas as providências que serão tomadas para garantir o cumprimento do prazo, explicitando, etapa por etapa, a mão de obra e recursos (equipamentos de trabalho e ferramentas) que serão empregados.

Por último, a CONTRATADA deverá revisar o cronograma físico-financeiro da obra, que deverá ser aprovado pela Fiscalização do Contrato e indicará as medições e as respectivas datas para pagamento, não podendo ultrapassar os prazos estabelecidos em Contrato.

10.1.6.3. Equipe técnica e equipamentos de proteção

A CONTRATADA deverá alocar engenheiros, encarregados, vigias e pessoal de escritório, necessários para a execução das tarefas inerentes ao serviço.

Ressalta-se que (i) os profissionais deverão estar habilitados para a realização dos serviços, e receber equipamentos de proteção coletiva (EPC) e individual (EPI) adequados; e que (ii) a CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade, técnica, jurídica e trabalhista, pelos profissionais alocados.

A Fiscalização do Contrato poderá interromper a qualquer tempo a execução dos serviços sem ônus para a CONTRATANTE se constatar a falta de EPCs e EPIs.

Não será permitido que qualquer operário exerça suas funções, dentro do local de trabalho, sem os seus equipamentos de proteção correspondentes.

A CONTRATANTE não emprestará e nem cederá, em hipótese alguma, equipamentos ou ferramentas de qualquer natureza para a execução dos serviços. Todos os equipamentos e ferramentas necessários são de responsabilidade da CONTRATADA.

10.1.6.4. Garantias dos serviços da obra dos equipamentos instalados

Todos os serviços executados estarão submetidos automaticamente aos prazos de garantia estipulados em legislação pertinente (Código Civil Brasileiro de 10 de janeiro de 2002, Parte especial, Livro I, Título VI, Capítulo VIII).

Todos os materiais e equipamentos instalados deverão apresentar prazo de garantia definido pelos fabricantes, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los imediatamente, se necessário, dentro de suas respectivas garantias; sem ônus algum para a Fiocruz.

A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização do Contrato todos os certificados de garantia dos materiais e aparelhos instalados na obra.

10.1.7. Equipe técnica mínima

É de responsabilidade da CONTRATADA dimensionar, selecionar e mobilizar os profissionais necessários para o cumprimento de todos os serviços descritos neste Projeto Básico, assumindo a responsabilidade do cumprimento de todo o escopo de trabalho dentro do prazo, custo e qualidade previstos.

Será permitida o acúmulo de funções para um mesmo profissional desde que possua habilitação técnica e atribuições profissionais para tal atividade, respeitando as informações dos respectivos órgãos de classe e os requisitos solicitados no projeto básico que integra a licitação.

10.1.7.1. Descrição da gerência

A CONTRATADA deverá definir um Gerente Geral, profissional legalmente habilitado no Crea e mobilizado em tempo integral e de modo exclusivo, com as seguintes atribuições:

- responder como supervisor pelo conjunto dos serviços previstos, legalmente habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea);
- estabelecer e gerir todos os processos de trabalho, compatibilizando o planejamento e a execução dos serviços, visando os resultados pretendidos pela CONTRATANTE;
- representar a CONTRATADA junto à CONTRATANTE em resposta à situações técnico-administrativas.

10.1.7.2. Descrição da equipe mínima

A CONTRATADA deverá mobilizar equipe mínima na execução da contratação composta pelos seguintes profissionais, com respectiva carga horária

- 1 (um) Engenheiro Civil de Obra pleno para cumprir a função de gerência e responsabilizar-se pelos serviços civis das disciplinas de Arquitetura e Estrutura: 13 meses de mobilização por 176 horas/mês;
- 1 (um) Técnico em Segurança do Trabalho para cumprir funções correlatas: 13 meses de mobilização por 176 horas/mês;

- 1 (um) Técnico em Edificações para apoiar as atividades e responsabilizar-se pelo projeto de as built: 12 meses de mobilização por 176 horas/mês;
- 1 (um) Engenheiro Eletricista para responsabilizar-se pelos serviços da disciplina de Elétrica: 9 meses de mobilização por 176 horas e 3 meses de mobilização por 32h/m;
- 1 (um) Engenheiro Mecânico para responsabilizar-se pelos serviços da disciplina de HVAC: 9 meses de mobilização por 176 horas e 3 meses de mobilização por 32h/m;

Demais profissionais tais como, mestre de obra, encarregado e almoxarife deverão ser providos pela CONTRATADA conforme plano de trabalho, nunca considerando menos do que 1 profissional durante 12 meses de mobilização por 176 horas/mês.

Profissionais de apoio direto à execução estão considerados na composição de custos dos serviços, segundo referenciais do Sinap.

Profissionais de apoio administrativo deverão ser providos pela CONTRATADA conforme plano de trabalho sem ônus para a CONTRATANTE.

10.1.7.3. Aprovação da equipe contratada

A CONTRATADA deverá apresentar listagem de toda a equipe previamente ao início da execução da contratação com a experiência solicitada pela CONTRATANTE, comprovada por Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo respectivo Conselho de Classe da categoria.

Eventuais substituições ou inclusões de profissionais que se fizerem necessárias ao longo da execução da contratação, deverão ser previamente submetidas à análise da CONTRATANTE com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, instruídas com Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelos Conselhos de Classe para comprovação da experiência profissional obrigatória.

Em caso de substituição de profissionais após o início da obra, a CONTRATADA estará obriga ainda a apresentar a baixa da respectiva ART (Crea).

Em caso de rejeição pela CONTRATANTE de algum dos profissionais indicados pela CONTRATADA – ressalta-se: em função de critérios estritamente técnicos – um novo profissional deverá ser apresentado em um prazo de 5 (cinco) dias corridos.

A CONTRATADA só receberá as Ordens de Serviço após a entrega das ART dos profissionais aprovados pela CONTRATANTE.

Informações sobre as qualificações técnico-profissionais e técnico-operacionais estão inseridas no Anexo I deste Projeto Básico.

10.1.8. Cronograma físico-financeiro

O cronograma físico-financeiro da contratação está inserido como anexo deste Projeto Básico.

11. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. EMISSÃO DA NOTA FISCAL/ FATURA

A emissão da Nota Fiscal/ Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

- ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e

memória de cálculo detalhada.

- uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma físico-financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- a CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

11.2. RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

- a CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- a CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização do Contrato não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- o recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- a aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

11.2.1. Relatório Circunstanciado

No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato, nas seguintes condições:

- quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

11.3. RECEBIMENTO DEFINITIVO

No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela Fiscalização do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, conforme cronograma físico-financeiro.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do parágrafo 3º do artigo 5º da Lei nº 8.666/1993.

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666/1993.

Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da CONTRATADA, deverão ser tomadas as providências previstas no artigo 31 da Instrução Normativa nº 3/2018.

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: (i) o prazo de validade; (ii) a data da emissão; (iii) os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE; (iv) o período de prestação dos serviços; (v) o valor a pagar; e (vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao Sicaf para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a CONTRATANTE deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/ 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela Fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no Sicaf, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do Contrato.

16.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de

alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da Parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) I = (6 / 100) / 365$$

12.1. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) – sistema que decorre diretamente da planilha de serviços e LDI, cronograma físico-financeiro e composição de custos que constam nos anexos deste Projeto Básico – para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização d IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.2. CRITÉRIO PARA CONCESSÃO DE ADITIVOS

As alterações contratuais decorrentes de alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

Apenas as imprecisões quantitativas de itens de serviço materialmente relevantes, superiores a 10% do quantitativo do item previsto no orçamento, poderão ensejar a celebração de Termo Aditivo de acréscimo. Tal critério está baseado na jurisprudência do TCU – especialmente no Acórdão nº 1977/2013-Plenário, que estabelece diretrizes para a realização de aditivos contratuais em regime de Empreitada por Preço Global (EPG).

A estipulação de percentual visa tornar objetiva as situações ensejadoras de termos aditivos por “erro de projeto”, dado que pequenas imprecisões devem ser suportadas financeiramente pela CONTRATADA, em virtude da álea ordinária ínsita ao regime adotado.

A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do sistema de referência utilizado na elaboração do orçamento-base da licitação não poderá ser reduzida, em favor da

CONTRATADA, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, exceto em casos excepcionais e devidamente justificados, para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora diante da proposta da segunda colocada na licitação e observados, nos custos unitários dos aditivos contratuais, os limites estabelecidos para os custos unitários de referência (parágrafo único do artigo 14 do Decreto nº 7.983/2013).

13. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

Conforme inciso II do artigo 1º da Lei nº 14.065/2020, é facultado à CONTRATADA solicitar a antecipação de pagamento desde que “(a) represente condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço; ou (b) propicie significativa economia de recursos”.

A antecipação de pagamento pode ocorrer sob forma parcial, com o remanescente sendo pago com a execução da obra; ou dividido em etapas, com pagamento atrelado ao início da etapa, conforme o cronograma físico-financeiro do Contrato; ou ainda de modo combinado entre as possibilidades descritas anteriormente.

Para tanto a CONTRATADA deverá apresentar as justificativas específicas que fundamentem de modo categórico as alíneas “a” ou “b” acima transcritas, com base no objeto contratado.

O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

todos os atos decorrentes da aplicação do pagamento antecipado de que trata esta cláusula serão disponibilizados em sítio oficial da internet, observados, no que couber, os requisitos previstos no parágrafo 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527/2011, com o nome do contratado, o número de sua inscrição na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de aquisição ou contratação, nos termos do artigo 4º da Lei nº 14.065/2020.

Fica a CONTRATADA obrigada a devolver a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévio do objeto ou a anterior emissão de Nota Fiscal/Fatura.

Além disso, como cautelas aptas a reduzir o risco de inadimplemento contratual, para fazer jus à antecipação de pagamento, a CONTRATADA deverá concomitantemente:

1. comprovar a execução de parte ou de etapa inicial do objeto, para a antecipação do valor remanescente;
2. garantir o acompanhamento do fornecimento de materiais e equipamentos, em qualquer momento do transporte, por representante da Administração; e
3. prestar garantia nas modalidades de que trata o artigo 56 da Lei nº 8.666/1993, de 30% (trinta por cento) do valor do objeto, limitado ao valor que for antecipado;

A garantia deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período contratual.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o ressarcimento do valor antecipado, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratual.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu as obrigações relativas ao valor que foi antecipado.

O título de crédito somente poderá ser utilizado para fins de ressarcimento do valor antecipado, no caso de inexecução total ou parcial do objeto.

Havendo a execução da parcela do objeto contratual referente ao valor antecipado, haverá a devolução do título de crédito à CONTRATADA, mediante recibo, o qual será anexado aos autos.

14. REAJUSTE

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços Contratadas poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional da Construção Civil - INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença

correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

15. GARANTIA DA EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

15.1. GARANTIA ADICIONAL:

Com base no inciso II e parágrafo 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA deverá apresentar garantia adicional caso o valor de sua proposta seja manifestadamente inexequível – inferior a 80% (setenta por cento) do valor orçado pela CONTRATANTE (parágrafo 2º) e sem demonstração de sua “viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato”.

Neste caso, a CONTRATADA deverá apresentar garantia adicional no valor da diferença entre o valor orçado pela CONTRATANTE e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

A garantia adicional deverá ser entregue juntamente com a garantia de execução (principal) e, no caso de sua não apresentação, sujeitará a CONTRATADA às condições de atraso já estabelecidas relativas à garantia principal, mesmo que esta tenha sido entregue e esteja correta.

Todos os itens a serem assegurados (coberturas), opções de modalidade, condições, exigências, formas de extinção, relação com garantidor e autorização de retenção estabelecidas para a garantia de execução (principal) são extensivas à garantia adicional.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Compete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA que:

- inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou
- cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii. Multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

Observação: as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, e “iv” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2 a seguir:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais: por ocorrência	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais: por dia e por unidade de atendimento	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados: por empregado e por dia	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização do Contrato: por serviço e por dia	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE: por empregado e por dia	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal: por funcionário e por dia	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador: por ocorrência	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço: por funcionário e por dia	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador: por item e por ocorrência	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os responsáveis técnicos previstos no Edital e/ou Contrato	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

Também fica sujeitas às penalidades dos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA que:

- tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sicaf.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Os critérios de seleção do fornecedor estão inseridos no Anexo I deste Projeto Básico.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

O custo estimado da contratação, ou orçamento de referência, consta em planilhas anexas deste Projeto Básico.

19. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, conforme RCO inserida o Processo.

20. ANEXOS

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

ANEXO II - ESTUDOS PRELIMINARES;

ANEXO III - CADERNOS DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PROJETOS EXECUTIVOS:

DISCIPLINA: GERAL; COORDENADOR DA META: LEONARDO DE LACERDA			
TÍTULO DO DOCUMENTO	ARQUIVO (PDF)	REV.	DATA
Caderno de encargos e especificações gerais	CEE_GRL	EI	15/10/21

DISCIPLINA: ARQUITETURA; RESP. TÉCNICO: ALESSANDRO TIMÓTEO (CREA Nº 1995121697)			
TÍTULO DO DOCUMENTO	ARQUIVO (PDF)	REV.	DATA
Caderno de encargos e especificações - Arquitetura	CEE_ARQ	EI	17/09/21
Indicação instalação portas e detalhes construtivos	A257A108A	EI	17/09/21
Indicação instalação suportes e plataformas HVAC	A257A109A	EI	17/09/21
Planta baixa de demolir e construir nível + 13,50	A257A110A	EI	17/09/21
Planta baixa de dimensionamento nível + 13,50 m	A257A111A	EI	17/09/21
Planta baixa de demolir e construir nível + 18,00	A257A112A	EI	17/09/21
Planta baixa de dimensionamento nível + 18,00 m	A257A113A	EI	17/09/21
Cortes 4, 5 e 6 coberturas nível + 13,50 e + 18,00	A257A114A	EI	17/09/21
Planta baixa indicativa de serviços nível + 18,00 m	A257A115A	EI	17/09/21

DISCIPLINA: ESTRUTURA; RESP. TÉC.: SINVALDO PAULA DE AMOZÉS (CREA Nº 1993101092)			
TÍTULO DO DOCUMENTO	ARQUIVO (PDF)	REV.	DATA
Caderno de encargos e especificações - Estrutura	CEE_EST	EI	08/03/21
Equipamentos HVAC fachada - locação 1º pavimento	C257A07A	EI	08/03/21
Equipamentos HVAC fachada - corte A-A típico	C257A08A	EI	08/03/21
Equipamentos HVAC fachada - reforço nas paredes	C257A09A	EI	08/03/21
Equipam. HVAC fachada - plataformas - formas e cortes	C257A10A	EI	08/03/21

DISCIPLINA: IMPERM. E FECHAM. SHAFTS; RESP. TÉC.: ISMAEL SANTIAGO (CREA 19991197-52)			
TÍTULO DO DOCUMENTO	ARQUIVO (PDF)	REV.	DATA
Caderno de encargos e especificações	CEE_IMP	EI	17/09/21
Impermeabilização e detalhes construtivos	C257A14A	EI	17/09/21
Planta baixa térreo e 1º pavimento – fechamento shaft	C257A15A	EI	17/09/21
Planta baixa 2º e 3º pavimento – fechamento shaft	C257A16A	EI	17/09/21
Planta baixa técnico e cobertura – fechamento shaft	C257A17A	EI	17/09/21

DISCIPLINA: LINHA DE VIDA; RESP. TÉC.: DOIS DEZ INDUSTRIAL LTDA. ME			
TÍTULO DO DOCUMENTO	ARQUIVO (PDF)	REV.	DATA
Caderno de encargos e especificações	202108030 - Databook ROTEC	EI	17/08/21
Planta	202108053-01-01-01 PrevQ Static PLANTA	EI	17/08/21
Detalhes construtivos	202108053-01-01-01 PrevQ Static.DETALHES	EI	17/08/21
Lista de materiais	202108053-01-01-01 PrevQ Static MATERIAIS	EI	17/08/21

DISCIPLINA: ELÉTRICA; RESP. TÉCNICO: MVA ENGENHARIA			
TÍTULO DO DOCUMENTO	ARQUIVO	REV.	DATA
Listagem de documentos	E257A32.PDF	EI	29/01/21
Projeto executivo, memórias e especificações	GRD_FIOCRUZ_002-2021.ZIP	EI	29/01/21

DISCIPLINA: HVAC; RESP. TÉCNICO: INTEGRAR CLIMATIZAÇÃO LTDA.			
TÍTULO DO DOCUMENTO	ARQUIVO (PDF)	REV.	DATA
Memorial Descritivo	1088-MD-901-R02	EI	23/02/21
Especificações Técnicas	1088-ET-902-R02	EI	23/02/21
Arranjo geral térreo - ala A - planta	V257A44A	EI	23/02/21
Arranjo geral térreo - ala B - planta	V257A45A	EI	23/02/21
Arranjo geral térreo - ala C - planta	V257A46A	EI	23/02/21
Arranjo geral térreo fluxo de bal. pressur.	V257A47A	EI	23/02/21
Arranjo geral 1º pavimento - ala A - planta	V257A48A	EI	23/02/21
Arranjo geral 1º pavimento - ala B - planta	V257A49A	EI	23/02/21
Arranjo geral 1º pavimento - ala C - planta	V257A50A	EI	23/02/21
Arranjo geral 1º pavimento - fluxo de bal. pressur.	V257A51A	EI	23/02/21
Arranjo geral 2º pavimento - ala A - planta	V257A52A	EI	23/02/21
Arranjo geral 2º pavimento - ala B - planta	V257A53A	EI	23/02/21
Arranjo geral 2º pavimento - ala C - planta	V257A54A	EI	23/02/21
Arranjo geral 2º pavimento - fluxo de bal. pressur.	V257A55A	EI	23/02/21
Arranjo geral 3º pavimento - ala A - planta	V257A56A	EI	23/02/21
Arranjo geral 3º pavimento - ala B - planta	V257A57A	EI	23/02/21
Arranjo geral 3º pavimento - ala C - planta	V257A58A	EI	23/02/21
Arranjo geral 3º pavimento - fluxo de bal. pressur.	V257A59A	EI	23/02/21
Arr. geral 4º pav. - ala B - central de água gelada CAG	V257A60A	EI	23/02/21
Fluxograma hidráulico de água gelada	V257A61A	EI	23/02/21
Detalhes complementares	V257A62A	EI	23/02/21
Quadros elétricos	V257A63A	EI	23/02/21
PLC - CAG - mapa de pontos e algoritmos	V257A64A	EI	23/02/21
PLC - UTAs - mapa de pontos e algoritmo	V257A65A	EI	23/02/21

DISCIPLINA: AUTOMAÇÃO; RESP. TÉCNICO: RAFAEL FELICIANO (CREA Nº 2013124538)			
TÍTULO DO DOCUMENTO	ARQUIVO (PDF)	REV.	DATA
Caderno de encargos e especificações - Automação	CEE_SUP	EI	09/09/21

ANEXO IV - DOCUMENTOS REFERENTES À RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART/RRT REFERENTES À TOTALIDADE DAS PEÇAS TÉCNICAS PRODUZIDAS POR PROFISSIONAL HABILITADO, CONSOANTE PREVISÃO DO ARTIGO 10º DO DECRETO Nº 7983/2013)

ANEXO V - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS;

ANEXO VI - PLANILHA ESTIMATIVA DE COMPOSIÇÃO DE BDI;

ANEXO VII - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

ANEXO VIII - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Aprovo este Projeto Básico indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no Cronograma Físico-Financeiro de desembolso.

Gustavo Cardoso Guimarães
Gestor Substituto da Coordenação de Projetos e Obras
CPO/COGIC/FIOCRUZ
Siape nº. 1488507

AUTORIZO

Ana Beatriz Alves Cuzzatti
Coordenadora Geral de Infraestrutura dos Campi
COGIC/FIOCRUZ
SIAPE: 1567804



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO RIBEIRO DE LACERDA, Arquiteto/Engenheiro/Paisagista Pleno**, em 10/12/2021, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO ELOISIO TIMOTEO, Gestor(a) do Departamento de Arquitetura e Engenharia**, em 10/12/2021, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL FELICIANO RAMOS, Arquiteto/Engenheiro/Paisagista Pleno**, em 10/12/2021, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO CARDOSO GUIMARAES, Tecnologista em Saúde Pública**, em 10/12/2021, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SINVALDO PAULA DE AMOZES, Arquiteto/Engenheiro/Paisagista Pleno**, em 10/12/2021, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca, Coordenadora Geral de Infra-Estrutura dos Campi, por Subdelegação.**, em 10/12/2021, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1332707** e o código CRC **1CE84F10**.